



PARECER DA COMISSÃO

PARECER Nº /2021

**PARECER AO VETO Nº 011/2020 QUE VETA
PARCIALMENTE O PROJETO DE LEI
COMPLEMENTAR Nº 006/2019 QUE INSTITUI
O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE
PARAUAPEBAS, ESTADO DO PARÁ, E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

I - Relatório:

Foi encaminhado para análise e parecer da Comissão de Constituição, Justiça, nos moldes do regimento interno deste Legislativo municipal a presente proposição.

O veto 011/2020 veio devidamente acompanhado de sua justificativa, juntamente com parecer prévio da procuradoria especializada desta casa.

É o relatório.

II – Voto do Relator:

O veto total por número 011/2020 foi encaminhado a este relator para análise e parecer. Regimentalmente, o artigo 5, XIV, do regimento interno da câmara municipal de Parauapebas incube privativamente está digna Casa o apreciá-lo:

Art. 5º. Compete privativamente à Câmara, entre outras, as seguintes atribuições:

XIV - apreciar os vetos do Prefeito; [grifo nosso]

Quanto a tempestividade do veto, o mesmo fora realizado dentro do prazo, obedecendo ao que preceitua o § 1º, do art. 50 da Lei orgânica municipal, a saber:

Art. 50. Os projetos de lei aprovados pela Câmara Municipal de Parauapebas serão enviados ao prefeito para que, aquiescendo, os sancionará.



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
Comissão de Constituição, Justiça e Redação



§ 1º se o prefeito julgar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á, total ou parcialmente, dentro de 15 dias úteis, contados daquele em que receber, o comunicando os motivos do veto ao presidente da câmara municipal, neste mesmo prazo. [grifo nosso]

Como podemos abstrair da leitura do instituto acima é juridicamente viável a realização de vetos por parte do chefe do executivo a projetos em andamento nesta casa.

No mérito, julgou o excelentíssimo prefeito, oportunamente, vetar parcialmente o projeto 006/2019, no capítulo que tratava das possíveis consultas que o cidadão poderia realizar no departamento de arrecadação, evidenciando que o instituto criado traria um procedimento desnecessário na prática tributária cotidiana.

Em sua justificativa, alega o chefe do executivo que a manutenção do capítulo que trata sobre as consultas, burocratizaria todo o rol de procedimentos administrativos, julgando, portanto, conveniente retirar o capítulo V da lei no ano passado aprovada.

Após análise minuciosa deste relator, verificou-se que há razão na causa de pedir do excelentíssimo prefeito, e acato integralmente os argumentos do chefe do executivo, por compreender oportuno e conveniente para a administração pública retirá-lo.

Quanto a estrutura, a redação e a técnica jurídica empregada no veto, o mesmo encontra-se em consonância com a lei complementar nº 95/1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal.

Ante todo o exposto, opina-se pela **aprovação e manutenção** do veto nº 011/2020 ao projeto de lei 006/2019.

É o parecer do relator.

Sala das Comissões, em _____ de _____ de 2021.

Elvis Silva Cruz

Relator(a) Câmara Municipal de Parauapebas
ELVIS SILVA - Zé do Bode
Vereador



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUPEBAS
Comissão de Constituição, Justiça e Redação



III - PARECER DA COMISSÃO

A **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**, Ante o exposto, conclui **favoravelmente** à aprovação do veto de Lei nº 011/2020 ao projeto de lei nº 006/2019.

Sala das Comissões, ____ de ____ de 2021.

Câmara Municipal de Parauapebas
ELVIS SILVA - Zé do Bode
Vereador

Elvis Silva Cruz.

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação

Luiz Castilho
Membro da CCJR

Elias da Construforte
Membro da CCJR